

MOÇÃO EM DEFESA DO SANEAMENTO PÚBLICO

Federação Nacional dos Urbanitários (FNU)

Contra o negacionismo no saneamento

São complexos os desafios que se colocaram a partir do lobby dos adeptos da financeirização e da mercantilização da água e do esgotamento sanitário no Brasil e que vem redundando numa série de privatizações de empresas e serviços de saneamento; intensificados a partir da Lei 14.026 de 2020, e que, como consequência vem agravando as desigualdades sociais e regionais, assimetrias de aplicação de recursos e políticas públicas localizadas, gerando graves consequências tais como aumento da tarifa, queda na qualidade do serviço e demissões de profissionais altamente qualificados para a gestão do saneamento no Brasil.

A Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) em seus 70 anos, se depara agora com o desafio de também combater as desinformações e a luta pelo saneamento público que promova justiça social e que de fato venha a não só universalizar o acesso, mas promover a consciência de que saneamento não é apenas um direito social, mas também é um direito humano fundamental como já preconizado pelo ONU por meio da Resolução 64/292.

Na atualidade, após a população ser atacada de forma feroz com desinformações como consequências das privatizações, é necessário Ciência: há produção acadêmica, científica e empírica que nos permita afirmar o óbvio - a falta de controle público e as privatizações do saneamento pioram a vida da população, deixam pessoas com sede e sobretudo, transformam água, um bem essencial para a existência humana em mercadoria. Os negacionistas do saneamento tentam afastar o histórico do papel público e sua importância no saneamento brasileiro, afinal, sem a presença do estado, não haveria nem mesmo estrutura suficiente para sequer pensar em territórios saneados. Omitem, todo o tempo, que tudo que foi construído até hoje, o foi com recursos públicos e fruto do pagamento de tarifas pelos usuários dos serviços e que agora, os agentes privados se propõem a abocanhar com a voracidade que lhe é peculiar. Inflam números do déficit e de investimentos necessários para a universalização e demais dados com a finalidade de construir argumentos falaciosos

com a intenção clara de promover uma visão falsa sobre concorrência e qualidade, quando na verdade, querem mesmo é transformar pessoas e suas necessidades básicas em clientes, ignorando de forma abrupta e cruel o papel fundamental do saneamento na saúde pública, promoção de igualdade, desenvolvimento e de correção de injustiças sociais históricas no Brasil, tais como racismos, exclusões e agravamento de populações economicamente menos assistidas - promover um saneamento público é combater estes males.

Por meio desta moção nos manifestamos:

Na defesa de todos os trabalhadores(as) urbanitários(as) que dão suas vidas em prol de uma carreira voltada a atender uma necessidade humana essencial, por suas valorizações salariais, garantias de emprego e condições dignas de trabalho, bem como a realização de mais concursos públicos.

Na defesa da população brasileira, especialmente aquelas que todos os dias sofrem com a consequência da ganância da busca pelo lucro que é promovida de forma devastadora na financeirização do saneamento e das mudanças climáticas cujas consequências se agravam pela NÃO ação dos negacionistas de todas as formas, e que infelizmente devastam, desassistem e desamparam o povo, tal como visto agora no do Rio Grande do Sul (RS).

Na defesa de mais investimentos públicos em saneamento, especialmente de bancos públicos como o BNDES, CAIXA, BANCO DO BRASIL e outros, e de mais mecanismos econômicos, políticos e institucionais que permitam alternativas contra a privatização.

Na defesa de cada entidade prestadora de serviços de saneamento, sejam elas estaduais ou municipais contra processos que visam promover críticas falaciosas relacionadas à prestação direta com intenções espúrias visando suas privatizações.

Na defesa das prestadoras estaduais, como DESO (SE), SABESP (SP), COPASA (MG), AGESPISA (PI), CESAN (SE), CAGEPA (PA), SANEPAR (PR), CASAN (SC) SANEAGO (GO), entre outras, que hoje estão ameaçadas de privatizações, e municipal como DEMAÉ (POA).

Na defesa da reestatização da CORSAN (RS), CAESA (AP), CASAL (AL) e CEDAE (RJ), e também de cada prestador municipal privatizado, como o serviço municipal de Governador Valadares (MG) e Olímpia e Ourinhos (SP).

A presente moção apela pelo clamor público contra este perigoso fenômeno que é o negacionismo no saneamento.

NA DEFESA DA ÁGUA COMO UM DIREITO HUMANO, E NÃO MERCADORIA!

NA DEFESA CONTRA O NEGACIONISMO NO SANEAMENTO!

Ribeirão Preto, 23 de Maio de 2024